

## Darcilla e Sandra, artesãs de “horizontes sem tamanhos”

José Carlos Pereira\*<sup>1</sup>

*Glória a todas as lutas inglórias  
que através da nossa história  
não esquecemos jamais.*

João Bosco e Aldir Blanc (1974)

### Resumo

A indagação através da memória e da história oral pode atualizar o passado, revelar tempos, espaços, e experiências de pessoas socialmente marginalizadas, invisibilizadas. O objetivo deste trabalho é apresentar trajetórias da Ir. Darcilla e da Ir. Sandra, com ênfase na história da primeira, e apontar como suas ações individuais e coletivas contribuíram para a transformação do sentido da história para pessoas e grupos sociais, especialmente mulheres, flageladas pela negação de direitos. A metodologia da pesquisa baseia-se na história oral. Ir. Sandra atuou junto a esposas, irmãs e filhas de trabalhadores migrantes do Vale do Jequitinhonha-MG; Ir. Darcilla, com famílias de trabalhadores rurais sem-terra e imigrantes, no Norte e Nordeste do Brasil. Os resultados indicam que, apesar do caráter patriarcal de instituições que (re)produzem a discriminação e violência de gênero, etnia/raça e classe, ambas contribuíram para a construção de brechas e horizontes possíveis de geração de trabalho remunerado, formação de lideranças, e, sobretudo, de recuperação da autoestima por pessoas que saíram da condição de subalternos e sem história, para a de protagonistas. Consideramos que o acionamento da memória, a partir do presente, permite (re)visitar o passado, buscar a gênese da realidade atual, interpretá-la e informar possibilidades para o futuro, recolocando no centro da história os sujeitos dela aliados.

**Palavras-chave:** história oral, mulheres, migrantes, transformação social.

### Abstract

Inquiry through memory and oral history can update the past, revealing times, spaces, and experiences of socially marginalized and invisible people. The objective of this work is to present the trajectories of nun Darcilla and nun Sandra, with an emphasis on the story of the first, and to point out how their individual and collective actions contributed to the transformation of the meaning of history for people and social groups, especially women, who were plagued by the denial of rights. The research methodology is based on oral history. The nun Sandra worked with wives, sisters and daughters of migrant workers from Vale do Jequitinhonha-MG; the nun Darcilla, with families of landless rural workers and immigrants, in the North and Northeast of Brazil. The results indicate that, despite the patriarchal character of institutions that (re)produce discrimination and violence based on gender, ethnicity/race and class, both contributed to the construction of gaps and possible horizons for generating paid work, training leadership, and, above all, of recovering self-esteem for people who went from being subordinates and without a

---

\* Este texto resulta de um trabalho apresentado no 49º Encontro do CERU/USP. Agradeço à Yara S.

Tucunduva a revisão criteriosa e generosa do original; à Valéria Magalhães, Isabel Félix, Regina Jurkewicz, Berenice Young, Paulo Mortari, Alfredo Gonçalves e ao Dirceu Cutti as ricas críticas e sugestões.

<sup>1</sup> Centro de Estudos Migratórios – CEM, Missão Paz/São Paulo; GT CEM-LABUR/USP; GEPHOM/EACH/USP. [josecarlos.pereira31@gmail.com](mailto:josecarlos.pereira31@gmail.com)

history, to being protagonists. We consider that the activation of memory, from the present, allows us to (re)visit the past, seek the genesis of the current reality, interpret it and inform possibilities for the future, placing the subjects discarded from it back at the center of history.

**Keywords:** oral history, women, migrants, social transformation.

## INTRODUÇÃO

Este texto aborda a história de vida da Ir. Darcilla Antonioli e da Ir. Sandra Pinto de Souza, entrelaçadas com histórias de pessoas, grupos e classes sociais considerados subalternos, sem história, e silenciados no bojo das estratégias de (re)produção de sistemas de poder e dominação que formataram a sociedade brasileira, como a colonização, o patriarcado e o capitalismo.

Darcilla Antonioli, descendente de imigrantes italianos, é natural do Rio Grande do Sul. Ainda criança, cuidava dos irmãos menores e ajudava a mãe nos afazeres domésticos, enquanto o pai trabalhava em uma pequena serraria, propriedade da família. Desde pequena, sentia-se atraída pelo serviço missionário. Mais tarde, depois de já ter tido namorado, enxoval etc., meio a contragosto dos pais e entre piadas jocosas dos irmãos, decide, por vocação, entrar para um convento das irmãs Scalabrinianas. Após os estudos e formação, fez sua “profissão perpétua” e foi enviada em missão a várias regiões e municípios brasileiros, onde desenvolve atividades com camponeses na luta pelo acesso à terra, trabalhadores sujeitos à migração forçada, ao trabalho análogo a escravo e com meninas vítimas do tráfico para a prostituição.

Sandra Pinto de Souza nasceu em Visconde do Rio Branco-MG. Em 1979, em Itajubá-MG, entrou para o convento da Congregação das Irmãs da Providência de Gap<sup>2</sup>, cujo carisma é o trabalho com educação e saúde integral como uma forma de praticar e compartilhar a fé cristã. Em 1988, fez sua “profissão perpétua”, confirmando sua vocação para a vida religiosa consagrada, que se estendeu por 36 anos. Como Irmã Sandra, viveu intensamente o carisma de sua Congregação: escolheu viver e renovar sua fé junto às pessoas e comunidades socialmente injustiçadas e marginalizadas. Ela foi enviada em missão às cidades de Caldas-MG, Itajubá-MG, Japoatã-SE, Itinga-MG, Araçuaí-MG e Piranguinho-MG. Em Caldas, trabalhou como professora no ensino fundamental; nesta cidade, e mais tarde, em Itajubá, atuou junto às famílias sem teto, fazendo leitura popular da Bíblia, no contexto de lutas por moradia, direito ao trabalho decente e geração de renda, acesso à saúde, à educação. Após marcante passagem por Japoatã-SE, Ir. Sandra foi transferida para o Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, onde atuou com mulheres, jovens, quilombolas, e, em comunidades rurais e urbanas, com trabalhadores migrantes. Acompanhou estes nas regiões de destino de sua migração como o interior de São Paulo, sul de Minas Gerais, Campos dos Goytacazes-RJ, Carmo do Rio Verde-GO; participou na diretoria nacional, assembleias, semanas do migrante e encontros de formação do

---

<sup>2</sup> A História da Congregação das Irmãs da Providência de Gap começa com Jean Martin Moye, um jovem sacerdote francês, que se comoveu com o abandono em que viviam as jovens das aldeias, na região de Metz, França, sem saber ler nem escrever. Pensando sobre o que poderia fazer, concebeu um projeto: enviou jovens, capazes de ir para comunidades rurais onde não havia escola. Marguerite Lecomte e outras três companheiras foram as primeiras enviadas, numa época em que o valor das mulheres na França não era reconhecido. Estas quatro jovens viveram no meio das comunidades rurais, na simplicidade e na partilha. O próprio povo lhes deu o nome de “Irmãs da Providência”. A congregação “Providência de Gap” foi fundada no século XVIII por elas, e hoje está presente em vários países. **Fonte:** *Providência de Gap/Nossa história*. <<http://providenciadegap.hospedagemdesites.ws/historia.html>>. Acesso em 11 dez.2023.

Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Grito dos excluídos e excluídas e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Por conta de sua atuação nos movimentos populares e pastorais sociais da Igreja (CPT, SPM), e junto ao Ministério Público Federal, as Irmãs Darcilla e Sandra enfrentaram idênticos desafios, em temporalidades e espacialidades distintas. Envolvem-se nas lutas contra sistemas de opressão e dominação como o patriarcado, colonialismo, capitalismo, preconceitos de gênero, sexo, classe social, raça e etnia articulados entre si. Tais sistemas encontram ressonância e ainda hoje orientam práticas institucionais, corporativistas e individuais na sociedade brasileira. Eles (re)produzem violências e injustiças sociais, cuja expressão imediata é a negação de direitos e a pobreza. A médio e longo prazo, esse drama social adquire contornos e requintes de crueldade como a alienação e a negação da condição humana.

Considerando a proposta metodológica deste texto, ancorada na história oral, priorizarei a história de vida da Ir. Darcilla, com quem pude realizar e gravar entrevista. No caso da Ir. Sandra, várias situações concorreram para a não gravação da entrevista. A reconstituição de sua história de vida foi feita com base na metodologia da observação participante, o que exigiu procedimentos bem distintos dos que foram utilizados na entrevista com a Ir. Darcilla. Ao longo do texto as poucas referências à história de vida da Ir. Sandra<sup>3</sup> têm o objetivo de sublinhar semelhanças com a história da Ir. Darcilla. Objetivamente, a partir da história da Ir. Darcilla e de algumas passagens da trajetória da Ir. Sandra, buscamos compreender como grupos de mulheres, famílias de trabalhadores migrantes, camponeses deslocados da terra, mesmo em situações-limite de degradação da sua condição humana, se reorganizam e se recolocam como protagonistas no complexo das lutas cotidianas contra grupos ou classes sociais hegemônicas que defendem a (re)produção cotidiana da opressão e da violência.

Além disso, o que aquelas transformações – que extrapolam a dimensão econômica, penetrando nas esferas da vida política, cultural e da autoestima – têm em comum com a história de vida da Ir. Darcilla, que, indignada com a injustiça social e inspirada pelo carisma de sua congregação religiosa, se insere em um processo de práxis cotidiana, criando brechas e horizontes possíveis de ruptura com aqueles sistemas de dominação arcaicos e, paradoxalmente, modernos?

## **METODOLOGIA**

Para a análise desse processo, baseamo-nos no método da história oral, especialmente para reconstituir e compreender a história de vida das Ir. Darcilla, e inspiramo-nos em alguns elementos essenciais do método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre (2006). Esse método consiste em considerar a realidade como uma totalidade altamente complexa e aberta, apesar das estratégias de sistemas de dominação que se esforçam para dar-lhe uma aparência de realidade dada, natural, fechada. Partindo-se de um conhecimento mais geral sobre o presente, busca-se sua gênese no passado, tentando compreender suas complexas e dinâmicas formas de expressão, cotidianamente (re)estruturadas; sobretudo, procura explicar como fragmentos de classes, grupos étnicos e classes sociais, imersos nas estruturas cotidianas de poder, nelas conseguem abrir brechas, revolucionar suas dinâmicas, construir horizontes possíveis de libertação, subvertendo lógicas de dominação.

Ainda na perspectiva do método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre, acrescentaríamos à necessária leitura geral da realidade, a capacidade de liderança, organização, mobilização social e incidência política com pessoas e grupos que procuram

---

<sup>3</sup> Sua história de vida terá o devido destaque em outro texto, cujo enfoque metodológico se assenta na observação participante e não na história oral.

(re)construir seus lugares, para além de melhores condições de vida, buscando, principalmente, uma existência como protagonistas históricos, não apenas como moradores de um certo lugar, mas como habitantes, no sentido mais amplo do termo, como diria Lefebvre (2001, pp. 89-96; 105-118). Isto é, habitantes envolvidos e produtores de tramas e relações sociais cotidianas que dão forma e expressam conflitos e interesses entre os diversos grupos e classes sociais nas disputas e controles do poder pela produção do espaço e o direito à cidade.

Em interlocução mais direta com a Ir. Darcilla Antonioli, procuro dialogar com historiadores, geógrafos, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e militantes, que registraram suas memórias. O nosso objetivo não é a anulação da interpretação de uma disciplina pela outra, mas criar um processo dialógico e crítico entre elas para interpretar a complexidade do real. Esta perspectiva também é inspirada em Lefebvre quando observa que a compreensão e a transformação da complexidade do cotidiano, que não são postas nem dadas, exigem uma polissemia epistemológica.

Sem a pretensão de esgotar o assunto – até porque a história de vida da minha interlocutoras direta é complexa e não cabe no âmbito de uma entrevista –, farei o registro de suas memórias, ainda que fragmentadas. Irmã Darcilla e Ir. Sandra, movidas pelo carisma congregacional, dedicaram suas vidas à mobilização e organização de grupos e classes sociais no enfrentamento das estruturas de poder de exploração, na luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária.

## **MEMÓRIA, COLÔNIALISMO/PATRIARCADO/CAPITALISMO E RELAÇÕES DE GÊNERO**

A memória é um dos mais importantes objetos de disputas e interesses, já que contribui para informar a gênese da realidade presente, criar narrativas afirmativas de direitos e/ou potencialmente discriminadoras, sexistas, conservadoras, sobre determinados temas, além de revelar possibilidades de transformação social a partir de brechas construídas nas estruturas históricas e aparentemente fechadas do cotidiano.

Em que pese o nosso foco narrativo/interpretativo se circunscrever à trajetória da Ir. Darcilla Antonioli, os seus relatos sempre remeterão a um passado de temporalidades e espacialidades múltiplas, forjadas nas relações com outros personagens e instituições, amalgamando histórias, memórias individuais e coletivas a partir de sua condição social comum: a invisibilidade social de certas pessoas e grupos étnicos, fragmentos de classes e classes sociais. Nesse sentido, afirma Delgado (2003),

A História como manifestação do fazer coletivo incorpora vivências individuais e, por decorrência, no mínimo duas dimensões: temporal coletiva e temporal individual. Dimensões que, acopladas, conformam experiências únicas, através de uma dinâmica que reconstrói o passado ao tecer sua representação no presente, plasmando em um único enredo a trama das vivências coletivas (DELGADO, 2003, p.13).

Patriarcado-racismo-capitalismo oprimem não somente corpos: trata-se de sistemas de opressão sobre a vida, sobre a existência de uma pessoa, de grupos étnicos, de uma comunidade, de uma classe social. Assim como o capitalismo cria pessoas e sistemas culturais para explorá-los e mantê-los disciplinados e controlados, o racismo e o patriarcado criam pessoas, cores de peles e ethos para mantê-los sob controle e garantir a sua reprodução social como sistema de poder (SAFFIOTI, 2004).

Heleieth Saffioti ainda propõe um nó teórico-metodológico para apreender mais a fundo a simbiose entre o fenômeno patriarcado-racismo-capitalismo.

Só mesmo para [...] tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987, p.60).

Nos últimos 35 anos, em intersecção com o debate sobre “patriarcado”, vêm se colocando outras perspectivas no campo multidisciplinar dos estudos das relações entre mulheres e homens. Uma delas é o estudo sobre “relações de gênero”, com ricos aportes teóricos, metodológicos, conceituais e políticos. A perspectiva de “gênero” não substitui ou anula a de “patriarcado” como conceito socioantropológico ou realidade social, mas contribui para revisar a operacionalidade desse conceito e propõe novas interpretações das relações sociais no bojo das transformações contemporâneas. Estas apontam para um processo de empoderamento lento e gradual das mulheres não captado pelo conceito de patriarcado, que figura como uma totalidade fechada, mas perceptível à luz do conceito de “relações de gênero”.

Os trabalhos de Lia Zanotta Machado (2000; 1999; 1998; 1997; 1985) fazem uma síntese crítica de diversas pesquisas que apontam para um sistema cultural patriarcal, a partir da concepção original de Max Weber (1991, pp.151-154) como expressão de uma totalidade social fechada, na qual as mulheres, tampouco os servos de determinado padrão, não teriam a menor chance de engendrar transformações sociais. Já o conceito de relações de gênero aponta para uma totalidade social dinâmica, aberta, cuja transformação ocorre nos embates cotidianos entre grupos, classes sociais, nesse caso específico, nas relações sociais entre mulheres e homens.

O termo “patriarcado” remete, em geral, a um sentido fixo, uma estrutura fixa que imediatamente aponta para o exercício e presença da dominação masculina. O termo “gênero” remete a uma não fixidez nem universalidade das relações entre homens e mulheres. Remete à ideia de que as relações sociossimbólicas são construídas e transformáveis (MACHADO, 2000. p.3).

Em outro estudo, Lia Zanotta Machado destaca que:

a utilização do conceito de gênero propiciou um novo paradigma metodológico: “Em primeiro lugar porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. Em terceiro lugar porque se está diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social (MACHADO, 1998. p.108).

A mesma autora propõe que:

O conceito de gênero não implica o deixar de lado o de patriarcado. Ele abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de “patriarcado” parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e por que são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re)conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é

a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade (MACHADO, 2000. p.4).

Lia Zanotto Machado (2000, p. 4) observa, ainda, que também Heleieth Saffioti, que defende a ideia da “simbiose patriarcado-racismo/capitalismo,” aponta a importância do uso do conceito de gênero:

A construção de gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama das relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens.(...) O resgate de uma ontologia relacional deve ser, portanto, parte integrante de uma maneira feminista de fazer ciência (SAFFIOTI Apud MACHADO, 2000, p.4).

Para a questão proposta neste texto, utilizamos o termo patriarcado no sentido de um sistema de dominação que faz parêntese com outros como o capitalismo e o colonialismo. E esta realidade estrutural e estruturada, ainda que não fechada, como observa Lefebvre (2001), compõe o cotidiano e a vida das Ir. Sandra e Darcilla, bem como dos grupos sociais com quem elas trabalharam.

Todavia, concordamos com Machado (2000) que o termo “patriarcado”, ainda que seja operacional no mundo moderno, no sentido de ser indissociável do capitalismo e de suas características sociais de masculinização de riqueza e de poder, expressa a ideia de um poder de mando absoluto, fechado e intransponível.

Já o conceito de relações de gênero sugere a ideia de conflitos, embates, consensos, construções e desconstruções de perspectivas cosmológicas, de relações assimétricas entre mulheres e homens, com histórico de vantagens para estes últimos, ao custo de discriminações, violências físicas, simbólicas e de feminicídio como formas de (re)produção e manutenção do poder de dominar e oprimir.

Várias pesquisas (MACHADO, 1990; DEERE, LÉON,2003; GOMES, 2010; GERAÇÃO SOCIAL, 2018; LAWSON et all, 2020; OXFAM, 2020; CHECON, GOMES, YOSHINAGA, 2023) mostram que a concentração de propriedades e empresas, nos campos e nas cidades, bem como da riqueza socialmente produzida tem um caráter masculino. Segundo a OXFAM (2020),

os 2.153 bilionários do mundo têm mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas (60% da população mundial); os 22 homens mais ricos do mundo têm mais riqueza do que todas as mulheres da África; e mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado. Isso representa pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano à economia global. O valor é mais de três vezes o valor da indústria de tecnologia do mundo (OXFAM, 2020, p.4-6).

Esse caráter sexista e misógino da economia coaduna-se com lógicas e orientações culturais tipicamente capitalistas, pois a concentração da riqueza, além de suscitar assimetrias nas relações de gênero, as expõe também entre as classes sociais, o que ajuda a revelar e a considerar elementos de gênero e de classe na organização do capitalismo em correlação com outro sistema de poder, o patriarcado.

Ao se fazer um recorte especial para as relações de gênero, nota-se uma feminização da pobreza a partir do trabalho não pago ou pago bem abaixo do valor aferido pelos homens quando desenvolvem as mesmas funções exercidas por mulheres operárias, camponesas, gerentes, diretoras, CEOs etc.

No entanto, aquelas pesquisas também mostram uma lenta e gradual ascensão das mulheres a postos de direção, gerência no mercado de trabalho, no mundo corporativo e mesmo com o perfil de empreendedoras ou proprietárias de pequenas, médias e grandes empresas. As mulheres têm desconstruído posições misóginas de mando e, efetivamente, construído processos de empoderamento, fraturando o poder que se apresentava como algo intocável. A Constituição Federal de 1988 (CF) já aponta para a igualdade jurídica entre homens e mulheres no seu Art. 5, inciso primeiro.

Pela primeira vez, com garantias jurídicas respaldadas pela Constituição de 1988, as mulheres apontam para processos de transformações em diferentes campos da vida social, econômica e cultural, embora as suas lutas precedam, em muito, a referida Constituição. Tais processos, por sua vez, expressam ideias e experiências concretas com mulheres se articulando em grupos, institutos de ensino, pesquisa, política e associações para romper estruturas de poder e engendrar conquistas e transformações sociais modestas, mas importantes. E é o que as histórias de vida da Ir. Darcilla e da Ir. Sandra ajudam a revelar a partir de seus trabalhos com mulheres e grupos sociais. Assim, podemos dizer que os dois conceitos, “patriarcado” e “relações de gênero” amalgamam-se na leitura de relações sociais entre mulheres e homens.

Nesse sentido, podemos retomar o nó teórico-metodológico proposto por Saffioti (1987) e agregar-lhe outros dois conceitos: o de “relações de gênero”, já visto acima, e o de “colonização” como um sistema de expropriação e exploração material e imaterial (NOVAIS, 2004, pp. 1-24). A despeito dos tempos idos, ainda hoje (2024) esse sistema apresenta forte ressonância, orientando, numa perspectiva macrosocial, posições do Estado brasileiro na divisão internacional do trabalho, como produtor de matérias primas, e, nas relações internacionais, país com direito a voz, mas não a voto, como no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Já numa perspectiva microssocial, marcas indelévels da colonização se expressam em hábitos e costumes de setores de uma elite que vê, pensa, fala e reproduz hábitos dos antigos colonizadores sobre grupos sociais marginalizados como uma estratégia para mantê-los à margem dos fóruns de participação política, tomadas de decisões e da vivência da cidadania; expressam-se na discriminação étnico/racial/de gênero e de classe contra indígenas, afrodescendentes, imigrantes – especialmente caribenhos, latinos e africanos –, mulheres e brancos pobres, não raro com profundas defasagens educacionais, profissionais e, quase sempre, dependentes de empregos precários e suscetíveis à exploração sexual, trabalhos análogos à escravidão e massificação de sua sobrevivência material e cultural.

Não obstante, seja nas esferas macro ou microssocial, não se podem ignorar as contradições daquele sistema de poder, sendo muitas delas resultado justamente de resiliências e desobediência civil de grupos subalternos que não aceitam as relações predatórias ditadas por grupos hegemônicos. Os primeiros procuram se organizar e mobilizar-se contra estes últimos, interpondo brechas e estratégias com potencial de revolucionar o sistema de poder, abrindo importantes fissuras que, a médio e longo prazo, possibilitam a conquista de reconhecimentos como a demarcação de territórios indígenas e quilombolas, licenças maternidade e paternidade, acesso à moradia, trabalho e geração de renda, saúde, educação e programas de transferência de renda importantes para complementar dietas alimentares. Além disso, conquistam o acesso ou o direito de construir espaços de manifestação artística, cultural e religiosa condizentes com suas trajetórias étnicas e intercâmbios culturais ou relações antropofágicas de interculturalidade. Em “Dialética da colonização”, Alfredo Bosi (1996) ressalta que

A colonização é um processo ao mesmo tempo material e simbólico: as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de

representação de si e dos outros, enfim aos seus desejos e esperanças. Dito de outra maneira: não há condição colonial sem um enlace de trabalhos, de cultos, de ideologias e de culturas. As relações entre essas instâncias fundamentais de todo processo civilizatório (que o marxismo resumiu nos níveis da infra e da superestrutura) aparecem, ao longo do tempo, afetadas por determinações positivas de ajuste, reprodução e continuidade. Armam-se, porém, situações nas quais são as assimetrias e, no limite, as rupturas que se dão aos olhos do historiador e do antropólogo da vida colonial. Nessa lavra de antigas sementeiras e novos transplantes, nem sempre os enxertos são bem logrados. Às vezes o presente busca ou precisa livrar-se do peso do passado; outras, e talvez sejam as mais numerosas, é a força da tradição que exige o *ritornello* de signos e valores sem os quais o sistema se desfaria (BOSI, 1977, p.377).

A despeito de a colonização ter chegado ao fim em 1822, com a vinda da família real portuguesa e a transformação da colônia brasileira em Império, o escravismo – marca indelével da colonização – foi “abolido” mais tarde, já em 1888, na antessala da República, proclamada em 1889. Não obstante a República e as transformações sociais no Brasil, ainda hoje há ressonâncias do peso da tradição colonial, informando, através de critérios como raça, etnia e gênero, a produção de classes sociais e grupos étnicos, atribuindo-lhes lugares determinados na trama das relações sociais de produção material e cultural. Estes grupos, estigmatizados, são destinatários da violência, controle e opressão perpetrados tanto pelo Estado como pelos “Donos do poder” privado e público – para dialogar com Raymundo Faoro (2001), ao analisar a formação do patronato político brasileiro, que também se arvora como donos da memória, coletiva e privada – para dialogar com Jacques Le Goff (2013). Colonialismo-patriarcado-racismo-capitalismo são sistemas baseados na expropriação do erário e do patrimônio público material e imaterial. Com isso, engendram exploração e controle de pessoas, formas de ser e viver de grupos étnicos e racializados considerados inferiores, sem história, subversivos da ordem e do progresso.

Tais pessoas e grupos são personificados em mulheres, crianças, pessoas pretas, indígenas, ciganos, camponeses, migrantes etc. Sempre que eles reivindicam direitos, reconhecimento de suas liberdades e alteridades, o patriarcado se sente desafiado. Sua resposta recorrente é a intensificação e multiplicação das formas de controle, sujeição, violência sobre quem procura romper as cadeias da dependência e da subalternidade. Esse sistema de poder opera com ideias e comportamentos que são moldados e regidos por relações institucionais de produção da vida material, imaterial e pelas relações sociais de produção no cotidiano das pessoas, famílias, empresas, escolas, igrejas, governos etc. (SCHWARCZ, 2019).

Uma forma de violência, controle, manutenção e reprodução do poder utilizada sistematicamente por reis, governos e grupos sociais elitizados é a construção de narrativas e memórias que afirmam o seu poderio, por um lado, e, por outro, o apagamento da memória de pessoas ou grupos considerados subalternos. Sobre isso, Jacques Le Goff observa que tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2013, p.390).

Embora sejam hegemônicos e (re)criem mecanismos de apagamento ou controle da memória, as instituições e os grupos sociais dominantes não detêm o monopólio da memória como uma forma de produzir, manter e exercer o poder. Nas lutas por reconhecimento, travadas pelas classes oprimidas, a memória tem papel preponderante na construção de identidades coletivas e na coesão entre pessoas e grupos sociais a partir de suas experiências em comum. Assim, a memória pode ser acionada como um dispositivo, uma agência de identidade étnica, social e de empoderamento. É também Jacques Le Goff quem nos diz que

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção ... A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar 'identidade', individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (LE GOFF, 2013, p.435).

Não sendo exclusividade de um grupo social, pode-se afirmar que a memória, objeto de disputa, se faz presente, ainda que de forma fragmentada, nas ações cotidianas de grupos cognominados como inexpressivos, frágeis. Haveria, portanto, uma difusão de poder na sociedade que, sob certas condições, possibilita conquistas sociais importantes por parte de grupos estigmatizados como subalternos.

Michel Foucault (1977; 1979; 2000) nos propõe uma reflexão sobre o caráter difuso do poder na sociedade, isto é, do não monopólio exclusivo do poder pelo Estado ou por qualquer grupo ou instituição. Ainda que o Estado reivindique para si o direito de uso do monopólio legítimo da força (WEBER, 2008), Foucault observa que, na sociedade moderna, o poder é difuso entre várias instituições e grupos como escolas, hospitais, igrejas, fábricas, clubes, empresas, associações de mulheres, sindicatos, grupos de jovens, lideranças populares etc.

O capitalismo, personificado nas grandes empresas e bancos, concentra poder, mas também tem suas contradições internas. Nesse sentido, embora o Estado assegure para si o controle do biopoder<sup>4</sup>, este não é exclusividade sua, posto que, paradoxalmente, o poder é difuso entre grupos sociais, ainda que assimetricamente. Neste ponto, cabe dialogar com Henri Lefebvre (2006; 2008) que aponta para as brechas construídas pelos marginalizados, na produção cotidiana do espaço, em oposição ao poder dos grupos hegemônicos. Embora haja rupturas teóricas e metodológicas entre Foucault e Lefebvre, também há interlocuções entre os eles no que tange à produção e usos do poder por grupos e pequenas coletividades que, cotidianamente, (re)produzem seus espaços de vida e trabalho. Para Foucault (1979), as classes sociais também são produtoras e destinatárias de relações de poder. Contudo, ele não as considera como elemento central na explicação da organização social. A centralidade é conferida à política como uma relação de poder organizada em rede. O poder não estaria apenas nas estruturas, mas também nas instituições, nos grupos, nos indivíduos e sempre numa perspectiva "relacional", numa via de mão dupla: onde há opressão, há resistência.

Já para Lefebvre (2006; 2008), a noção de classe social tem centralidade na compreensão do desenvolvimento do capitalismo e sua consequente organização política, social, econômica e cultural. A luta de classe é, a um só tempo, fruto e motor da produção do espaço, da cidade, do urbano, das resiliências e estratégias, na detenção e controle dos

---

<sup>4</sup> Achille Mbembe (2016) aprofunda a proposição de Foucault apontando que, além do biopoder, o Estado também se coloca como o gestor da necropolítica, a política da morte.

meios de produção da vida em sociedade. Uma convergência entre os dois pensadores diz respeito à difusão do poder na sociedade e seu caráter relacional, sobretudo, no que tange à resistência ou, como denomina Lefebvre, construção de “brechas”, através das quais, grupos marginalizados (re)constróem suas lutas por reconhecimento e seus espaços de vida. Nas relações de poder que produzem o espaço de vida como o urbano, grupos sociais marginalizados também constroem brechas como formas de romper linhas demarcatórias de poder institucionalizado ou estruturante e estruturado (BOURDIEU, 1989, pp.9-11) em vista de acessar direitos e exercer o seu protagonismo na produção biológica e social de suas vidas, um passo elementar para a abertura de fendas, a conquista de direitos e transformações sociais.

Tais fendas, justapostas e articuladas, isto é, um indivíduo aqui, outro ali, um grupo aqui, outro grupo acolá, têm potencialidades para produzir novos espaços, no sentido lefebvriano. Produção do espaço como *locus* de disputa por poder, pela memória, *locus* da vida –, novos territórios nos quais pessoas e grupos, antes alienados, agora participam das tomadas de decisões sobre as suas vidas, a vida da comunidade, da associação de moradores, do sindicato, dos grupos de mulheres, de jovens etc. Em síntese, autogestionam seu cotidiano na produção material/econômica e cultural/subjetiva existencial de suas vidas. Isso permite, senão ultrapassar, criar porosidades nos limites pré-estabelecidos pelas estruturas hegemônicas de dominação, mas também exige permanente avaliação e revisão das suas ações, no sentido de aparar arestas, administrar conflitos, tensões e contradições internas, reavaliar ou confirmar objetivos coletivos e, a um só tempo, considerar singularidades. Isto, por si, já é uma vivência pedagógica da democracia, exigindo constantes negociações, articulações, concessões e incidência política, mas também a defesa incondicional do direito a ter direitos (KANT, 1989; ARENDT, 1991).

Não se trata de uma luta absolutamente nova. Anteriormente, outras lideranças populares (religiosas, operárias, camponesas, militantes, anônimas etc.) optaram por uma experiência de vida e de fé em um Deus encarnado no povo sofrido das ruas, expropriado da terra, explorado nas fábricas e amontoado em vilas, cortiços e favelas. Num gesto de desobediência civil, resiliências e construção de brechas para subverter a ordem de sistemas de dominação, revoltaram-se e dedicaram suas vidas às lutas por direitos e existência digna. Griselda Castelvechi, mais conhecida como “Nenuca”, uma dessas lideranças, afirmava: “quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria” (CASTELVECCHI, 1985, s/p.). Podemos ver exemplos narrados pelos historiadores Peter Linebaugh e Marcus Rediker (2008) que propõem examinar as ações de insubordinação de indivíduos marginalizados, criminalizados como prostitutas, camponeses, religiosos subversivos, piratas, indígenas, marinheiros, ciganos, escravos, migrantes que constituíam uma “classe trabalhadora multiétnica transnacional”. Em lugar de indivíduos ou grupos isolados, consideram a sua constituição como uma classe social multiétnica, transnacional se formando nas travessias do Atlântico, entre a Europa e o Novo Mundo, com duas características em comum: expropriados/explorados e marginalizados pelo poder colonial hegemônico; e como grupos que compartilham ideias de insurreição com a ordem vigente.

Em uma escala microssocial de lutas, mas igualmente importante para a transformação social, voltemos a Griselda Castelvechi (1985). Suas experiências com moradores em situação de rua, prostitutas, mães solteiras, pessoas enfermas, operários, camponeses, sem-teto, negros, estivadores, brancos pobres, marisqueiros, catadores de papelão, camelôs, migrantes etc. apontam para as singularidades dessas pessoas, a partir de suas etnias e histórias de vida, e sua condição social comum de oprimidos e marginalizados. O capital, depois de expropriá-los, explorar a sua força de trabalho, triturar seus sonhos e aniquilar a sua dignidade humana, largou-os nos subúrbios, cabarés de prostituição em zonas portuárias e cortiços de cidades como Santos, São Paulo, Rio de

Janeiro, Salvador, Recife, Cuiabá e Belo Horizonte etc. Nos termos de Ricardo Antunes, eles podem ser vistos como a “classe-que-vive-do-trabalho” que compreende, concretamente, assalariados dos setores industriais urbanos, rurais, serviços (ANTUNES, 1999), e, também, o subproletariado empurrado para os trabalhos precários, informais, análogos a escravo; e, salvo raras exceções, acometidos por doenças psíquicas, como afirma William Cesar Castilho Pereira (1991) em “O adoecer psíquico do subproletariado”.

A perspectiva proposta pelos historiadores Linebaugh e Rediker (2008) sobre a formação da classe trabalhadora multiétnica e transnacional, bem como a profunda experiência de Castelvechi (1985) convidam-nos a interpretar as ações dos grupos sociais com quem as irmãs Sandra e Darcilla trabalharam – seja no campo da militância, da cultura, da consciência coletiva ou da memória social – como iniciativas que podem contribuir para romper com sua condição de expropriado e oprimido individual, e dar outros significados à sua existência como um grupo social que, no mínimo, incomoda e desafia a ordem social vigente. É nessa chave de leitura, articulando a dialética e as contradições presentes, tanto nos sistemas de poder quanto nos indivíduos e grupos marginalizados em seus embates cotidianos pela (re)produção da vida, afirmação ou apagamento da memória de suas lutas gloriosas ou inglórias, que se insere a trajetória e história da Ir. Darcilla. É possível notar como elas contribuíram para ajudar pessoas, antes fragmentadas, individualizadas a se perceberem como grupos sociais com histórias de sujeição, discriminação e dominação em comum. Não obstante, esses grupos também poderiam partilhar esperanças, sonhos e lutas para a transformação social, passando de subalternos e marginalizados para a posição de protagonistas históricos de outro mundo possível; na metáforas dos poetas aqui citados, um mundo que se assenta concretamente no labor cotidiano dos grupos com suas resiliências, manifestações e incidência política, social e cultural.

## UMA PALAVRA SOBRE A ENTREVISTA COM A IR. DARCILLA

Conheci a Ir. Darcilla durante atividades da Pastoral dos Migrantes, realizadas em São Paulo-SP, Brasília-DF, Curitiba-PR, Rio de Janeiro-RJ, e em Corrente-PI, entre os anos de 2010 a 2015. Até a presente data, mantenho contatos com ela através de e-mails e aplicativos de telefone celular. A nossa entrevista foi motivada pelo seu jubileu de ouro, quando ela completava 50 anos de serviço missionário dedicado aos migrantes, como religiosa da Congregação das Irmãs Scalabrinianas<sup>5</sup>.

Realizada em 2020, período de distanciamento social recomendado pela Organização Mundial da Saúde, como uma das medidas para evitar contaminação pelo coronavírus, responsável pela pandemia de Covid-19, a entrevista aconteceu de forma virtual, pelo aplicativo Meet, e devidamente gravada. Posteriormente, foi transcrita e

---

<sup>5</sup> A Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, Scalabrinianas, foi fundada pelo bispo São João Batista Scalabrini, em Piacenza, Itália, aos 25 de outubro de 1895, e tem como cofundadores os irmãos venerável Padre José Marchetti e a bem-aventurada Assunta Marchetti. O seu carisma, o seu serviço especial com migrantes, remete à época da grande emigração italiana para as Américas, em fins do século XIX, em razão da crise econômica, política e social porque passava a Itália. Diante disso, a fundação da Congregação foi uma resposta sociopastoral concreta a serviço dos migrantes. Atualmente, a missão ampliou o seu serviço evangélico e missionário aos migrantes e refugiados, especialmente aos mais pobres e necessitados, e marca presença em 27 países, contando com cerca de 600 irmãs.

Fonte: CANDATEN, Analita. **Scalabrinianas por um mundo sem fronteiras**. Disponível em: <[197](https://scalabrinianas.org/dados-gerais-sobre-a-congregacao/#:~:text=A%20Congrega%C3%A7%C3%A3o%20das%20Irm%C3%AAs%20Mission%C3%A1rias,a%20bem%2Daventurada%20Assunta%20Marchetti.>”. Acesso em 12 de novembro de 2023.</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

arquivada nos formatos digital e impresso para melhor manuseio e preservação. Fiz a gravação apenas do áudio da entrevista e, embora dispusesse de imagens da Ir. Darcilla, solicitei-lhe o envio de fotos que pudessem contribuir para ilustrar o texto, cujo teor seria a sua história de vida, com ênfase no jubileu de ouro junto aos migrantes. Terminada a transcrição, enviei-lhe a entrevista, por e-mail, para que pudesse contribuir na elucidação de alguns trechos inaudíveis, acrescentar relatos que considerasse relevantes na sua trajetória ou suprimir passagens que, ao seu juízo, pudessem expô-la indevidamente. Em uma ação dialógica e consensuada, ela acrescentou alguns relatos, esclareceu dúvidas sobre trechos inaudíveis e sugeriu a substituição de uma ou outra palavra que avaliou ser menos expressiva do que queria dizer no momento da gravação.

Ter gravado a entrevista com a Ir. Darcilla permitiu que eu fizesse uso das palavras e expressões diretamente proferidas por ela. Ademais, a despeito de termos tido vários encontros durante as atividades da Pastoral dos Migrantes, a entrevista ocorreu em um só dia, ao longo de três horas de gravação, com dois intervalos de 15/20 minutos para ida ao banheiro, cafezinho, tomar água etc.

Optei por interferir o mínimo necessário na narrativa transcrita da Ir. Darcilla. Já que pude gravar a entrevista, a proposta metodológica adotada é que “ela fale por si mesma no texto”. As minhas intervenções consistiram apenas em negritar as sínteses dos temas abordados por ela. As expressões negritadas fazem parte dos meus filtros sociológicos para destacar o tema abordado. Cabe observar que filtrar, sintetizar e negritar temas já são formas de intervenção, mediatizada por minhas subjetividades, interesses de pesquisa e alguma experiência de atuação junto à Pastoral dos Migrantes. Em síntese, trata-se de uma introdução sumária ao assunto abordado. Enquanto eu apenas sintetizo o tema, a Ir. Darcilla narra a sua própria trajetória em primeira pessoa. Sem qualquer prejuízo para a riqueza da entrevista, o leitor pode adotar seus próprios filtros, de acordo com as suas curiosidades ou interesses acadêmicos.

A despeito de a entrevista não ter sido realizada de forma presencial, não faltaram à interação espontaneidade e fluidez devido a nossa (minha e da Ir. Darcilla) convivência prévia e confiança mútua, mas foi desafiador falar com ela durante 3 horas, ainda que com intervalos, através do aplicativo Meet. Para além das já conhecidas e óbvias obstruções técnicas, queda de internet, ruídos excessivos ao fundo, falas picotadas etc., o principal desafio foi não poder olhar nos olhos, captar suas expressões corporais, entonações e ritmos da voz tão especiais e caros a uma entrevista de história oral, como indicam Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa de Magalhães (2020). Contudo, no contexto do distanciamento social, em razão da pandemia de Covid-19, bem como da proximidade do jubileu de ouro (50 anos) de trabalho missionário da Ir. Darcilla com os migrantes, optamos por fazer a entrevista, estando ela em Caxias do Sul-RS, e eu em São Paulo-SP. Consensualmente, fizemos a edição da entrevista, cuja publicação foi feita, em resumo, no Boletim VAI VEM, 125, maio de 2020, do SPM.

## **IR. DARCILLA ANTONIOLLI – TRAVESSIAS COM MIGRANTES EM UM JUBILEU DE OURO**

“Não estamos aqui para agradar as pessoas chefes ao nosso redor, tampouco para agradar aqueles que estão na coordenação. Estamos aqui para oferecer um serviço de escuta, de acolhida às pessoas que estão lá na ponta e que nem têm mais condições de vir até a gente. São os mais sofridos, abandonados, excluídos. Precisamos contribuir, ser presença”. É assim que Ir. Darcilla Antoniulli sintetiza o seu carisma nos 50 anos de vida religiosa consagrada, iniciados em 2 de fevereiro de 1970.

Mas, essa experiência começou bem antes, no Arroio dos Moreiras, localidade do então distrito de Paraí, em Nova Prata-RS. Filha de Sunta Giombelli e Ernesto Antoniulli,

segunda geração de imigrantes italianos, Darcilla Antonioli nasceu em 25/5/1943. “Eu ajudei a criar os meus irmãos e trabalhei em casa até os 18 anos. O meu pai tinha uma pequena serraria, minha mãe cuidava da casa. E vinham muitas pessoas comprar madeira do meu pai. Cheguei a ter um namorado e enxoval para casamento. Depois, decidi, optei pela vocação à vida religiosa”.

**O chamado vocacional** – “Eu estava no hospital de Paraí-RS – um hospital das irmãs Scalabrinianas –, acompanhando uma cunhada que ia ter nenê. As irmãs Orlanda e Leonor, scalabrinianas, me perguntaram se eu era casada ou noiva. Eu disse: não. Acho que vou ser freira. Disseram: se você quiser vir, as portas estão abertas. Falei, *só que a senhora vai falar com o meu pai*. Mas, eu já tinha enxoval pronto para o casamento. Ninguém da minha família acreditou, inicialmente, na minha vocação. Diziam: *você vai dar marcha à ré*; outro meu irmão dizia: *se você desistir, eu vou comer um gato com pelo e tudo....*, todas essas promessas. Bem, ouvi o que eles diziam, mas considere as minhas vontades no momento da decisão. Entrei para o convento, fiz os estudos todos e, em fevereiro de 1970, fiz a minha profissão de fé e fui consagrada para a vida religiosa na Congregação das Irmãs Scalabrinianas, cujo carisma é o serviço junto a migrantes. Trabalhei por 2 anos em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul”.

**Teologia da libertação, Vaticano II.** “Os bispos vinham ao convento para pedir irmãs para as Missões Populares. O Dom Tomás Balduino veio pedir para o estado de Goiás. Eu e a Ir. Adélia Werner fomos para o município de Heitorai-GO, na Diocese de Goiás Velho. Fomos trabalhar com migrantes e posseiros. Eles trabalhavam nas fazendas, com distância de até 70 km do centro da cidade, onde a gente estava. Mas a gente ia até eles. Só que éramos proibidas de entrar em certas fazendas. Os donos não deixavam e colocavam seguranças armados para impedir a entrada. Em outras, a gente ia a pé, a cavalo, de charrete; visitávamos os trabalhadores, celebrávamos com eles e conversávamos sobre suas condições de vida e trabalho, e se sentiam emocionalmente”.

“E ainda trabalhamos com educação. Saímos às 7 da manhã para as visitas aos trabalhadores nas fazendas e voltávamos às 17 ou 18 horas para dar aula à noite, na cidade. Tínhamos salas de 60 alunos, cuja faixa etária variava dos 9 aos 60 anos. Muitos deles eram filhos de migrantes e não estavam matriculados em escolas. Então, a gente tinha uma turma assim bem misturada com alunos de várias idades, e procurávamos trabalhar com a metodologia da educação popular. Quer dizer, ali, todos nós, uns aprendiam com os outros. Mas, naquele tempo, a gente nem falava *migrantes*. Não se usava essa palavra. A gente falava *os lavradores, trabalhadores rurais, os posseiros*. E o Dom Tomás Balduino falou para auxiliarmos na preparação dos casamentos, batizados, chamados que os doentes ou seus familiares faziam querendo a extrema unção. Sofremos muita perseguição por causa da teologia da libertação, a opção pelos pobres. Muitos padres saíram das dioceses, outros que ficaram foram perseguidos por fazendeiros, políticos, comerciantes que viam no trabalho dos padres e no nosso uma forma de organizar os trabalhadores. Nós trabalhávamos o dia inteiro e um pedaço da noite. Fazíamos visitas, reuniões, encontros de formação e dávamos aulas. Havia muitos trabalhadores que aprenderam a ler e a escrever com a gente. Mas, com todo aquele trabalho intenso, fiquei doente lá em Goiás Velho. Era o estresse, muito trabalho. As mães foram me buscar de volta para Caxias do Sul”.

**Pastoral social, confirmação da vocação.** “Porém, mesmo doente, eu não queria voltar. Gostava do trabalho que fazia na missão. Só que tive que voltar. Vim na marra para Caxias do Sul; melhorei e fiz um curso de enfermagem. Então, prestei concurso na prefeitura de Caxias e fui trabalhar na área da saúde. Fui morar com a Ir. Cristina, no bairro Planalto, onde chegavam migrantes do interior do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina. Era gente que saía do sítio para vir arrumar emprego nas cidades que estavam crescendo, aquele negócio do êxodo rural que atingiu o Brasil inteiro”.

“Entre 1976 e 1977, trabalhei em várias frentes da Diocese: Ação Católica Operária; associações de moradores; na coordenação da Paróquia; Pastorais sociais; participei da primeira Assembleia Nacional da Pastoral Operária; Caritas; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Sindicato dos funcionários públicos; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Tínhamos uma boa equipe: as irmãs Pastorinhas, as irmãs do Coração de Maria, e nós (Scalabrinianas). Fazíamos encontros de formação com movimentos populares, pastoral, romarias, visitas em bairros operários. Isso tudo desafiava a gente que era meio crua nas questões da realidade cotidiana do povo. Era uma entrega muito grande, mas, também contribuía muito para a nossa formação como religiosa e como pessoa”.

**Pastoral do Migrante, Pastoral de conjunto, convivências no Nordeste -**  
“Quando me aposentei do trabalho com saúde em Caxias do Sul, a madre propôs que eu fosse coordenar a Pastoral do Migrante na Arquidiocese de Teresina, no Piauí. Saí de um mundo e entrei em outro totalmente diferente. A realidade do povo do Nordeste me chocou. Um povo abandonado, carente de tudo. Mas, também encontrei gente boa, como Dom Miguel, a Ir. Felicitá, gente da prefeitura, da Universidade Federal, de outras pastorais que já faziam um trabalho por lá. Depois, fomos ampliando o trabalho, percebendo a expulsão de camponeses das suas posses de terra e a migração forçada para a periferia da cidade, onde tudo era muito precário: falta de água, de emprego, de saúde, de transporte, de educação, de moradia etc. Eles chegavam em situações de muita vulnerabilidade e com uma baixa autoestima que doía no coração da gente. Eles estavam sendo expulsos não apenas dos seus terreninhos, seus pedacinhos de terra. Era mais forte do que isso, eles estavam sendo expulsos da condição humana”.

“No Piauí, convivi com as famílias dos migrantes que iam para o corte da cana em São Paulo. E em um encontro de formação com o padre Alfredinho (Alfredo José Gonçalves, sc) em Teresina, falei com ele sobre aqueles migrantes e perguntei se o SPM não poderia ajudar a gente, uma ajuda de custo para realizar o trabalho pastoral de visitas, encontros, ver e mapear a realidade deles. Ele disse que sim, para eu escrever para a secretaria nacional do SPM, em São Paulo, e pedir ajuda. É a partir daí que a minha história se cruza com o Serviço Pastoral do Migrante (SPM). Através do SPM, fiz parcerias e participei de campanhas de mobilização popular pela Reforma Agrária, pelo direito à água, à moradia; também participei do Fórum Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Análogo a Escravo, junto com a CPT, FETAG-PI (Federação dos Agricultores Familiares do estado do Piauí), a OAB-PI (Ordem dos Advogados do Brasil, seção Piauí), o MTE-PI (Ministério do Trabalho e Emprego - Piauí), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), as Polícias Federal e Rodoviária, a Ong Repórter Brasil, a Caritas, o Ministério da Educação, o governo estadual, prefeituras, a Arquidiocese de Teresina, paróquias, a CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil) e a Rede Um Grito pela Vida. Realizamos ações de prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, sobretudo prevenção e combate ao tráfico de meninas para a prostituição infantil. Fizemos e multiplicamos cursos em todo o Nordeste e Norte que têm situações alarmantes de tráfico de pessoas. Foi um processo bem intenso de 2004 até 2008”.

“Visitávamos assentamentos, agricultores em terreninhos próprios ou em terras devolutas. Fizemos um diagnóstico do trabalho escravo e a migração forçada. Em quase todos os municípios do Piauí, havia trabalhadores resgatados da escravidão. Era preciso compreender o porquê disso e buscar soluções. O diagnóstico mostrou que a maioria deles ia para o corte de cana, em São Paulo. Outros iam para a colheita do tomate, em Goiás, para a aplicação de gesso na construção civil, no Rio de Janeiro. E tinha outra dificuldade: o MTE falava que não tinha trabalho escravo em São Paulo, que lá tudo era industrial, moderno. Olha, teve uma luta enorme para que o MTE entendesse que em São Paulo também tinha trabalho análogo a escravo”.

**Cartilha de prevenção e combate ao trabalho análogo a escravo** – “lançamos esta cartilha e fazíamos caminhadas para sensibilizar o povo e divulgar a Campanha. Com as crianças, fazíamos atividades que lhes despertavam outros sonhos e possibilidades e não apenas a emigração; para os jovens e adultos, a formação era para mostrar que eles tinham condições de ficar e viver com dignidade, participando, com acesso à terra, à moradia, ao trabalho decente e recuperando a autoestima etc. Depois disso, as autoridades (prefeitos, vereadores, padres, sindicatos, o próprio MTE) despertaram para essa realidade. O Fórum deu muita formação nos sindicatos. Havia trabalhadores que já tinham sido libertados duas ou mais vezes da escravidão. O pessoal perguntava: *como é que vocês já foram resgatados e voltaram para lá outra vez?* Os trabalhadores respondiam: *a gente pensa que é melhor do que ficar em casa vendo as crianças morrerem de fome; é melhor sair. Em três meses que estou em casa, não consegui nem 100 reais. Como é que eu faço para viver?*”

**Abrindo caminhos** – “Então, a gente falava: ‘precisamos fortalecer e ampliar as parcerias para fazer algo mais com os trabalhadores, criando possibilidades concretas para eles’. Mas, não estava fácil. Então, passamos a envolver escolas, organizando festivais de música, poesia, missões populares, encontros sobre perspectivas de vida melhor, e aumentamos a pressão sobre o poder público. E vai, nisso, conseguimos um assentamento rural de 100 hectares para as famílias. Porém, tinha uma condição para os assentados: eles teriam que trabalhar a terra em parceria, pois o projeto, além de assentar as famílias e criar condições de plantio, autoconsumo e venda dos produtos cultivados, tinha o propósito de fortalecer o grupo e não deixá-lo se fragmentar. Depois, conseguimos fazer um segundo assentamento, que era o Santo Antônio; e ainda fizemos um terceiro, que era o Puçazeiro. Hoje, no Puçazeiro há uma comunidade organizada, São João Batista. Os filhos dos agricultores cresceram, se casaram e ganharam a casa popular rural com energia, geladeira. Quer dizer, conseguir essas coisas não foi nada fácil, deu muito trabalho e tivemos que fazer muitas parcerias. Algumas deram certo, outras não. Levamos tapa na cara muitas vezes. Mas conseguimos as terras e, junto com elas, a autoestima das famílias, que, agora, não estavam mais na condição de migração forçada ou vulnerável ao trabalho escravo”.

“Nos outros assentamentos, várias famílias chegaram, uns para morar, outros para ajudar. E tivemos outro projeto, no São José, lá na Cebola, com um grupo de 10 famílias. Eles tinham onde morar, mas não tinham onde trabalhar. Conseguimos energia, bombas d’água, ônibus para levar as crianças até a escola. Com isso, muitas mães fizeram cursos e algumas já são professoras; eles criam porcos, galinhas, cabras, vaquinhas. Daí, nos reuníamos com eles, a gente trocava ideias de projetos de geração de trabalho e renda. Nisso, a gente viu que dava para implementar projetinhos de economia popular solidária. Deu muito certo. Eles doavam e trocavam produtos entre si e também vendiam nas feiras populares dos pequenos municípios da região. Então, acho que tudo isso ajudou muito lá para eles poderem escolher entre sair e ficar”.

“Fizemos missão popular nos lugares de saída dos trabalhadores. Falávamos sobre como manter a família nessa questão da migração de uns que vão e não voltam. Quer dizer, a desestruturação familiar que, às vezes, já tinha problemas antes da migração, e esta acabou agindo como um gatilho para provocar separações que já estavam fermentando devido à baixa estima e à vulnerabilidade social das pessoas”.

“Tivemos dificuldades de dinheiro, de organização, de entendimento entre nós da equipe e as famílias de trabalhadores. Quem tá com fome ou doente não pode, não quer esperar. E a gente não tem respostas prontas. A gente tem mais dúvidas do que certezas. É preciso ir construindo as respostas, buscando as saídas de acordo com o que está sendo vivido com o povo no dia a dia. É preciso ir construindo ela com o pé no chão, nas estratégias, nas contradições da realidade. As dificuldades..., elas vêm de todos os lados

e de todas as formas, inclusive, de setores da Igreja que resistem em ver isso como evangelização. E, se não têm coragem para bater de frente e tentar impedir, também não facilitam em nada o trabalho da gente. Tem que conversar muito com Deus, todos os dias, e ser teimoso para ir abrindo brechas nessas estruturas fechadas, desconectadas da realidade do povo. E isto sem falar de outras instituições poderosas que não querem nem saber de falar em organizar os pobres na luta por justiça social”.

“Agora, mesmo não sendo nada fácil, as famílias de trabalhadores continuam lá nesse processo. Nós sempre conseguimos fazer esse trabalho de conjunto com as famílias e outras organizações. Sempre levamos os trabalhadores para encontros de formação local e nacional do SPM. O trabalho coletivo não é fácil. Cada um tem uma sentença e quer fazer do seu jeito. Mas, havia umas pessoas que lideravam muito bem, e de forma honesta. A gente sempre fez tudo no coletivo, também pelo seguinte: se errar, erramos todos, se acertar, acertamos todos. Levava na cabeça ou acertava, era todo mundo junto. Não tinha essa de apontar o dedo para fulano ou para beltrano”.

**Caminhoneiros** – "A nossa equipe os visitava em postos de combustíveis, falava sobre prostituição infantil e fazia uma missa mensal com eles. A gente se descobria uns nos outros. Eles falavam sobre ficar distante da família, não apenas passar dias, semanas, meses, mas viver no caminhão e no abandono das estradas”.

**Na rodoviária**, junto com a paróquia local, a equipe fazia um trabalho de conversar e celebrar com os migrantes que vinham de áreas rurais para tratar da saúde. Quando terminava o tratamento e eles recebiam alta hospitalar, não tinham dinheiro para voltar para casa imediatamente, nem tinham para onde ir. A gente passou a mediar e o governo dispôs uma assistente social na rodoviária. A Pastoral do Migrante conseguiu passagens para as pessoas retornarem às suas casas. Nossa, isso é o mínimo que se podia fazer, mas como é importante para a pessoa que acabou de ter alta hospitalar e ter o dinheirinho para pagar a passagem ou um transporte da prefeitura para poder voltar para casa. Quando isso acontece, não é apenas o olho, a alma inteira da pessoa brilha, porque é um gesto concreto de dignidade humana”.

“Nas periferias de Teresina, fazíamos encontros com as comunidades sobre a importância de se organizarem, mobilizarem, receber outros migrantes que chegavam expulsos da terra. Algumas paróquias ajudaram muito, outras menos, não tinham interesse nisso, mas nunca deixaram de nos acolher”.

**Do Piauí para Brasília** – “Depois fui transferida para Brasília. Um choque. Brasília não se pode comparar com outras realidades que vivi. A cidade não foi feita para as pessoas. Tudo é muito formal, burocrático, institucional e muito caro. Mas, fiquei lá por 1 ano e 4 meses. Junto com o Dom Sérgio da Rocha e outras equipes, fizemos a Semana Social da Arquidiocese, estimulando a pastoral de conjunto. Nos finais de semana, a gente fazia ações sociais do tipo: saúde, discussão de gênero, corte de cabelo, promoção vocacional. Parecem ser coisas simples, mas muita gente não consegue ter acesso e isso mexe com a autoestima da pessoa. Você compreende? Lá no Varjão fortaleceu-se a Pastoral do Migrante. Depois, algumas pessoas saíram, porque conseguiram trabalho fora, tiveram de mudar... Pastoral é assim mesmo, a maioria das pessoas atua como voluntárias. Mas, chega um momento em que a pessoa arranja ou muda de emprego, muda de cidade e aí ela acaba saindo da Pastoral. Então, muita gente sai no meio de um projeto, ou entra no meio de um projeto. Pastoral é um trabalho que está sempre sendo desafiado a se reinventar cotidianamente. Para isso, tem que haver um bom rodízio de lideranças. Já em Itapuã, há 10 anos de Pastoral do Migrante, com diversas atividades, inclusive um lindo coral. Aprendi muito, também, com as famílias de migrantes lá. Por exemplo, fazer festa é uma das mais belas e fortes expressões de resistência, de mostrar para quem se acha dono do poder, que você não tá dormindo, não

está ali como massa de manobra, muito pelo contrário, está ativo, celebrando e unido como grupo. Isso tira um pouco da tranquilidade dos poderosos”.

**Migrações na fronteira Sul** – “De Brasília-DF fui transferida para o Chuí-RS. O Chuí é uma fronteira com o Uruguai. Há muitos migrantes uruguaios, argentinos, senegaleses, cubanos, haitianos. Visitávamos e falávamos sobre todas as questões postas pelo Brasil e pelo Uruguai envolvendo a migração, os acordos bilaterais para trânsito na fronteira. Há muita gente, todo dia, cruzando a fronteira do lado uruguaio e do lado brasileiro. Eles fazem isso em busca de trabalho ou para fazer compras, visitar parentes. Havia 40 cubanos que trabalhavam em fazendas, construção civil do lado uruguaio. Eles estavam chegando lá porque a despesa com a documentação no Uruguai era mais baixa do que no Brasil. Só que os cubanos eram explorados. Enquanto um uruguaio recebia 20 pesos, um cubano recebia 10 pesos pelo mesmo serviço que faziam. Muitas pessoas trabalhavam como guardadores de carros nos dois lados da fronteira. Atendi a migrantes e moradores de rua na Igreja. Fizemos um livro de presença e das demandas deles. Envolvemos escolas, a paróquia, a Diocese nesse trabalho de mapeamento da migração e as demandas dos migrantes na fronteira; esse material todo foi entregue lá para a Igreja, para as Pastorais Sociais. Nesse meio tempo, faleceu a Ir. Orila Travessini, que estava trabalhando com migrantes haitianos, venezuelanos. Então, a madre me ligou, pedindo para eu ir assumir a missão que era da Ir. Orila em Porto Velho-RO”.

**Migrações na fronteira Norte** – “Em Porto Velho, trabalhei na Caritas. Há o projeto PANA<sup>6</sup> que faz cadastro dos migrantes; o CREAS<sup>7</sup> para o alojamento, acesso à educação, à saúde. Era o processo de interiorização dos venezuelanos. Eles chegavam, se refaziam da viagem e pediam para ir ao Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Brasília. A gente fazia esforço para acolhê-los, mas eles não queriam ficar. Porto Velho era um corredor, local de passagem, pois não tinha o que oferecer em termos de oportunidades de trabalho, a não ser comércio, restaurante e isso é difícil para quem não fala a língua do lugar. Para amenizar a situação, um grupo de mulheres voluntárias oferecia cursos de trufas e salgados para migrantes que os faziam e os vendiam. Funcionava assim: se a pessoa vendesse 3 reais de trufa ou salgado, 1,50 ficava para ela, e 1,50 real ela devolvia para ajudar a Caritas a promover novos cursos. Terminado o curso, os migrantes recebiam um kit para fazer e vender por conta própria”.

“Mas, havia cubanos, mexicanos, e, brasileiros que chegavam do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina. Eu ficava curiosa em saber o que os brasileiros desses estados iam fazer em Porto Velho e lhes perguntava: *o que vieram fazer aqui?* Eles diziam: *nós viemos trabalhar como diaristas ou nas fazendas*. Então, o pessoal acha que a migração interna já está resolvida. Não está. Há muita gente ainda sem-terra, sem oportunidade de um trabalho decente, de uma moradia e que sai do seu lugar para a Região Norte”.

**Nova missão?** “De Porto Velho regressei a Caxias do Sul, onde, com a Ir. Celsa, talvez possa contribuir com o CAM (Centro de Apoio ao Migrante). Só em 2019, o CAM atendeu imigrantes de 58 países. O CAM está vendo com as indústrias da região, cursos profissionalizantes e possibilidades de empregos para essas pessoas”.

**“Meio século de missão e a Pastoral dos Migrantes** me deram oportunidades de formação, de ver que a gente não é dono daquilo que está se fazendo. Penso que as coordenações de Pastoral têm que ficar com os leigos e não com os padres, religiosos ou

<sup>6</sup> Trata-se de uma iniciativa que possibilita a acolhida e integração de migrantes e refugiados. As ações do Pana contam com apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Escritório de População, Refugiados e Migração (PRM), do Departamento de Estado dos EUA. Juntas, as organizações buscam contribuir com a assistência humanitária e a integração de migrantes venezuelanos no Brasil, através do processo de interiorização e integração. Pana é uma palavra popular na Venezuela que significa amigo, parceiro. Disponível em: < <https://caritas.org.br/projeto/3>>. Acesso em 30 de novembro/2023,

<sup>7</sup> Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

religiosas. Depois de um tempo, os religiosos(as) são transferidos... Veja o meu caso e os de tantas irmãs e padres, freis ou outros religiosos. Quando somos transferidos, se não tivermos formado equipes consistentes, o trabalho pode perecer. Essas equipes precisam ser formadas com o povo, com os próprios trabalhadores, e a coordenação delas ficar com os leigos pois, em tese, eles têm mais chances de permanecer no local”.

“**O Papa Francisco** é um profeta. Ele está tentando abrir a Igreja; ir ao encontro daqueles que não têm mais condições nem de vir aonde a gente está, nem de serem ouvidos. A não ser que alguém que tenha pulso vá ouvi-los, celebrar a eucaristia com eles lá nas fronteiras e periferias da vida para onde são empurrados e abandonados pelo Estado, pelas igrejas, ser solidário na sua dor. É isso que o Papa Francisco chama de Igreja em saída, evangelização no cotidiano da vida do povo. É preciso haver alguém que tenha pulso e vá lá. Só que a própria Igreja, em muitos lugares, tem atitudes que... fico indignada! Penso que Francisco fala para as pessoas se abrirem aos jovens, dar oportunidades a novas lideranças, ouvir além daquilo que é o comum da igreja”.

**O sentido da vida religiosa consagrada** – “Olha, Jesus dizia”: *Eu era migrante e tu me acolhestes*. “Gosto de ler Lucas 4, 14-20; Êxodos, 3, 7-10; Isaías, 61, 1-2. Scalabrini dizia”: *Pátria é a terra que nos dá o pão*. Sempre refleti com os trabalhadores o texto do Êxodos, 3, 7-10, que é: *eu ouvi, vi, percebi e descii para ouvir os clamores do povo de Deus*. “A Deus agradeço. Penso que isso tudo me deu o sentido da vida consagrada. Tenho como meu forte o Evangelho de Lucas 4, 13-20. Faço 50 anos de vida religiosa consagrada e estou presente para a missão. Essas reflexões fecham com o que penso sobre a vida consagrada. Elas me deram a oportunidade de travessias, de crescer como pessoa, de contribuir, ser presença, testemunha da alegria do Evangelho”.

Cabe destacar a convicção e vocação à vida religiosa consagrada, escolhida por Ir. Darcilla. Ela reescreve um enredo, que havia sido desenhado por seus pais, e que a conduziria à vida matrimonial. As veredas deste tipo de vida são bem distintas das que ganham os rumos da vida religiosa consagrada, a despeito das interseções compartilhadas por ambas, sobretudo, no que diz respeito às relações de gênero, à divisão hierarquizada e sexista do trabalho e o que se espera da mulher nesses espaços; Isto é, nos embates, disputas, arranjos, parcerias, coalizões, buscas e enfrentamentos vivenciados cotidianamente pelas pessoas na (re)produção social de suas existências individuais e coletivas no mundo da vida (HABERMAS, 2012).

Se optasse pelas veredas da vida matrimonial, Ir. Darcilla poderia constituir uma nova família nuclear parental e seguir o ramerrão do cotidiano: ter filhos e se tornar uma “mulher do lar”, com todos os sentidos e significados que isto representa em uma sociedade talhada por sistemas de dominação que (re)produzem a figura do homem branco como mantenedor de um modelo de família baseada no patriarcado. Em síntese, a família burguesa que não cumpre os valores morais que a representam, mas que se coloca como espelho para outros grupos e classes sociais. Se bem que estudos sobre as relações de gênero (BONACCHI, GROPPi, 1995; BENEDICTO, 2017; PINSK, PEDRO, 2013 ) mostram que esse tipo de família e seus valores morais vêm se encolhendo diante da constituição de outros tipos de famílias. Nestas, a liderança não é representada pelo “poder do macho” (SAFFIOTI, 1987, pp. 41-67). Ela tende a ser compartilhada pelos membros adultos, o que revela arranjos sociais construídos por mulheres no bojo das relações de gênero e do patriarcado.

As veredas da vida religiosa não conduziram Ir. Darcilla para processos e desafios mais – ou menos – confortáveis que os da vida matrimonial. Mas a levaram para experiências de fé e horizontes sociais mais complexos, junto a grupos, migrantes e não migrantes, em diferentes regiões brasileiras. Ela dedicou 50 anos de sua vida às lutas por justiça social, acesso à terra, saúde, educação, moradia, documentação, trabalho digno, igualdade jurídica e o direito à diferença étnica, religiosa, de gênero, cultural etc. Sua

inserção nesses processos expressa o sentido da vida religiosa consagrada para ela. Ou seja, uma experiência de fé em um Deus vivo que caminha com as pessoas e as assiste na luta por dignidade. A experiência de fé nesse Deus não é comungada por todos os religiosos. Há aqueles que, a partir de suas escolhas pessoais e o carisma de suas instituições, optam pela fé em um Deus mágico que, desde o altar do templo, resolve os problemas socioexistenciais das pessoas, exigindo delas “apenas” a fé cega e dinheiro como retribuição à “graça” alcançada. Este é um tipo de experiência de fé crescente no Brasil, com a expansão dos neopentecostais. Ademais, há igrejas que (re)produzem relações patriarcais e de raça, com uma divisão hierárquica e sexista de seus ritos litúrgicos.

Diante disso, há que sublinhar as convicções e experiências da mulher Darcilla Antonioli junto à sua congregação religiosa, aos grupos sociais e parceiros, com quem ela trabalhou, abrindo brechas e reescrevendo novas páginas em suas histórias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese o desenvolvimento da ciência e tecnologia, através da robótica, automação e uso da inteligência artificial em diferentes cadeias produtivas, comerciais e de serviços, mantêm-se atuais os de “a classe-que-vive-do-trabalho”, e, “classe trabalhadora multiétnica transnacional”, respectivamente de Ricardo Antunes (1999), Peter Linebaugh e Marcus Rediker (2008). Seus estudos têm sido confirmados pelas experiências dos milhões de migrantes transnacionais, que fogem de suas periferias, colonizadas por estruturas de poder nacionais e/ou internacionais. Entretanto, na sua busca por bem viver nos grandes centros do mundo globalizado, vivem, com raras exceções, na condição de clandestinidade, já que são importados e suportados como trabalhadores precarizados, não como pessoas de direito (SAYAD, 1998).

Essa é a lógica capitalista, patriarcalista e colonialista que atravessa a história, não sem contradições e acirramentos de crises políticas, sociais e econômicas, que, de acordo com Henri Lefebvre (2001, 2006, 2008), constituem momentos oportunos para a construção de brechas, horizontes possíveis e de transformação social. É nesse contexto que a história de vida da Ir. Darcilla Antonioli se cruza com as de mulheres e homens marginalizados. Embora estes preservem suas singularidades, fazem parte da memória coletiva, pois suas ações se inter cruzam no tempo e no espaço sociais.

Procuramos narrar a história de vida e memórias de uma mulher que decide mudar o enredo e o sentido de sua trajetória, para se colocar como mediadora de grupos sociais estigmatizados, silenciados. Sua mediação e liderança foram fundantes de processos de organização e mobilização que viabilizaram transformações sociais produzidas e vividas por grupos constituídos de mulheres e homens que não tinham, sequer, o direito de escolher entre ficar e emigrar.

Alguns estudos apontam para a migração como uma forma de ruptura com sistemas de dominação. Martins (1988) informa que as migrações temporárias não são, necessariamente, um problema para camponeses. Para estes, elas seriam formas de resiliência e estratégias de sua reprodução social. Elas são problemas para gestores públicos e organizações que trabalham com migrantes, pois teriam que pensar, debater, desenhar e implementar políticas de acolhimento e inserção social nas regiões de destino, e apresentar possibilidades concretas, nas regiões de origem, de ficar ou emigrar. Garcia Jr. (1990) também indica que as migrações de sertanejos nordestinos para o Sul, sobretudo para São Paulo, não expressam um êxodo rural definitivo. Apesar das dificuldades de inserção social e do trabalho precário no Sul, os sertanejos deixam para trás as amarras da sujeição aos grandes fazendeiros no Nordeste. Essas migrações, em muitos casos, representam uma chance para parte dos membros da família sertaneja assegurar para si a

posse da terra. Essa permanência seria proporcionada pelos migrantes que fazem remessas de dinheiro e objetos, além de proporcionar melhorias no padrão habitacional e a aquisição de pequenos animais como uma reserva de alimentos ou uma “poupança” familiar. Mais, a garantia da posse da terra evitaria a escalada da concentração da propriedade fundiária. Neste sentido, emigrar e tornar-se operário no Sul não significam uma ruptura radical com a condição camponesa; ao contrário, indicam “o caminho para o roçado”. Bison (1996) também reforça a tese sobre a migração como uma forma de ruptura com sistemas opressores. A autora aponta que, apesar de mulheres migrantes do Vale do Jequitinhonha se subordinarem, como empregadas domésticas, às suas patroas em São Paulo, a imigração abriu brechas para que elas pudessem dar a “volta por cima” e romper com a opressão que lhes era imposta por seus pais ou por seus maridos na região de origem, além de lhes possibilitar novas visões de mundo.

Apesar de viverem uma realidade difícil, a ida para São Paulo é encarada positivamente. Este dado é relevante porque os estudos, frequentemente, enfatizam a degradação da família como consequência negativa da migração<sup>8</sup>. No caso em questão, o afastamento do universo familiar significou a possibilidade de rompimento com relações opressivas [...]. Conforme pode-se depreender, a imigração significou para estas mulheres, um canal emancipador importante. Entretanto, ela não as livra inteiramente da submissão que, desde cedo, acompanha suas trajetórias. Elas são empregadas domésticas, moram nas casas das patroas, e sabemos o que isso significa em uma sociedade como a brasileira. A convivência cotidiana, porém, com formas de organização social que, inegavelmente, têm que levar em conta conquistas femininas, faz com que elas antes, “determinadas” a serem filhas ou esposas submissas, sejam impregnadas por novas visões de mundo. (BISON, 1996, p.13).

As histórias de vida da Ir. Darcilla e da Ir. ajudam a revelar a ruptura de grupos sociais subalternos com sistemas opressores, sem que, necessariamente, tivessem que emigrar. Neste caso, as cadeias da subalternidade são rompidas nas regiões de origem dos potenciais migrantes, a partir da organização e mobilização. Assim, criaram brechas e se recolocaram como protagonistas. É a partir do não lugar, como a negação de suas existências, o lugar dos sem memória, sem história, subalternos, estigmatizados, dos sem rosto (SANTOS, 2002) que as mulheres, com quem Ir. Sandra trabalhou, e as famílias camponesas, apoiadas por Ir. Darcilla e seus parceiros, se identificaram umas com as outras, coletivizando suas experiências.

Em 2012, convidado pela Ir. Sandra, participei de uma oficina, na Associação Comunitária do Bairro Porto Alegre (ACOBAPA), em Itinga-MG, sobre gênero, trabalho e cidadania. Durante um intervalo para cafezinho, perguntei a “Dona Lindaura”, nome fictício para proteger a sua identidade: Dona Lindaura, ao longo desses anos todos vocês vêm trabalhando duro, cotidianamente, para recuperar a autoestima, reconhecimento como pessoas de direitos. Entre muitas idas e vindas, vocês perderam algumas batalhas e ganharam outras, aprenderam juntas a olhar para o que aconteceu ontem, o que acontece hoje e o que poderá acontecer amanhã de acordo com os seus sonhos, desejos, mas, também, avaliando os interesses de outros grupos contrários à organização e o

---

<sup>8</sup> Segundo José de Souza Martins, a conotação negativa com que a migração frequentemente é abordada não leva em conta que, no Brasil, ela cumpre, muitas vezes, o importante papel de desagregar relações sociais arcaicas que representam um peso negativo em qualquer sociedade. Ele cita, entre outros, o exemplo da família, marcada pela herança patriarcalista (MARTINS, Apud BISON, 1996, p.14). *Nota do texto original.*

protagonismo de vocês. E agora, que sonhos e desejos a senhora tem como pessoa e parte desse grupo? Sem pestanejar, olhos dentro dos meus olhos, ela respondeu-me: “Eu, quando comecei, não sabia falar e não tinha coragem de olhar nos olhos das pessoas; era tímida, sempre desviava ou baixava o olhar quando alguém vinha falar comigo. Mas, depois, a luta me ensinou a olhar e enxergar a gente mesmo. Então, cheguei até aqui, aprendi muita coisa sobre minha história, sobre a vida, e agora eu queria conhecer o mar. Dizem que lá o horizonte é sem tamanhos, né...”

As memórias e histórias dessas mulheres reforçam a compreensão de que, através de processos de organização social, formação e vivências da cidadania e mobilização popular concomitantes a embates permanentes, há possibilidades de transformação social, subvertendo as lógicas de dominação, de “degradação do outro nos confins do humano” (MARTINS, 2009, s/p). Mais do que melhorar suas condições de vida – o que não é pouco, mas ainda uma conquista inerente à lógica produtivista/opressiva do sistema –, aqueles grupos se deslocaram das margens para o centro da vida social, política, econômica e cultural; transformaram suas condições de existência e passaram a atuar como guardiões das memórias de suas lutas inglórias e/ou gloriosas que travam no cotidiano contra as classes hegemônicas ou os pretensos “Donos do poder” assentados em estamentos jurídicos e patrimonialistas.

No bojo das próprias contradições dos sistemas de dominação e no acirramento das desigualdades sociais, aqueles grupos e classes sociais, empurrados para o lado descolorido da vida, nos conflitos entre eles e os “donos do poder”, dormem sonhos de “costurar com linhas duplas as suas feridas abertas” (TELLES, 2010, s/p.).

Edward Palmer Thompson também chama a atenção para a potência transformadora de movimentos populares que vêm de “baixo”.

Aprendemos, nem pela primeira nem pela última vez, porque é uma tarefa ingrata e terrivelmente longa tentar influir no curso da história através de pequenos movimentos “de baixo”. No entanto, tais posições minoritárias, ao longo da maior parte da história humana de que se tem registro, têm sido os únicos lugares dignos de se estar; e nem sempre essas posições fracassam a longo prazo (THOMPSON Apud BRYAN, 2008, p.210).

A história da Ir. Darcilla Antonioli contribui ainda para mostrar que o caráter de totalidade fechada dos sistemas de dominação é uma farsa. É no cotidiano que grupos e classes sociais tecem a história através de lutas por sobrevivência, territórios, participação, preservação de memórias etc. Esta conclusão é reforçada à luz da história oral como metodologia de pesquisa e de reflexões sobre a construção de brechas e resiliências (LEFEBVRE, 2001, 2006, 2008); da queda das máscaras do patriarcado como estrutura de poder amalgamada ao capitalismo, à colonização, à segregação étnica e racial (SAFFIOTI, 1987, 2004); e das relações de gênero como possibilidades de transformação social (MACHADO, 2000).

No bojo das conquistas (moradia, terra para plantar, trabalho digno e renda, reconhecimento e dignidade) dos grupos com quem Darcilla e Sandra trabalharam, houve avanços institucionais importantes que apontam para a ampliação, coletivização e instituição dos direitos alcançados, como a promulgação da já referida CF de 1988 e o seu Artigo 5º, inciso I sobre o direito à igualdade social entre mulheres e homens; a LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (Lei Maria da Penha); a LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; e a LEI Nº 10.803, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003, que tipifica como crime o trabalho análogo a escravidão, etc.

Não obstante, a manutenção daqueles direitos requer vigilância e embates sociais permanentes pois os grupos e classes sociais mais abastados nunca estiveram dispostos a aceitar qualquer tipo de “perda”, principalmente a de “donos da história”, “donos da memória”. As leis são importantes sinalizadores para o combate à desigualdade, mas não são suficientes para a transformação e a implementação de uma efetiva equidade social. Estas dependem, também, de um processo de cultura de justiça e paz dinâmico, acessível às organizações e movimentos populares não apenas como destinatários dos direitos, mas como seus coautores e gestores.

As Irmãs Darcilla Antonioli e Sandra Pinto de Souza não são intelectuais no sentido exato do termo. Por isso, a despeito de reunirem todos os predicativos de saberes e experiências talhadas junto com o povo, não as trataremos como “intelectuais orgânicas” no sentido gramsciano. Porém, como religiosas, e vivendo a alegria do evangelho no cotidiano do povo, feito “Atos dos Apóstolos” na construção de comunidades vivas, Sandra e Darcilla foram artesãs do oitavo dia e vivem, na memória dos grupos de mulheres, de migrantes, de camponeses, de jovens, de trabalhadores, como artesãs de “horizontes sem tamanhos”.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BENEDICTO, Edna Aparecida Ferreira. A construção histórica das relações de gênero na história e nas leis civis no Brasil. **VIII Congresso Internacional de História (CIH)**. 1067 – 1075. 9 a 11 de outubro de 2017.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In. BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: contendo o Antigo e o Novo Testamento. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990.

BÍBLIA. A. T. Êxodos. In. BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: contendo o Antigo e o Novo Testamento. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990.

BÍBLIA. A. T. Isaías. In. BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: contendo o Antigo e o Novo Testamento. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977. 3a ed.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 29 de dezembro de 2023.

CASTELVECCHI, Griselda. **Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria**. São Paulo: Paulinas, 1985.

CHECON, Bianca Quirantes; GOMES, Laura Mendonça Penido Sampaio; YOSHINAGA, Claudia Emiko. Desigualdade de gênero no mercado financeiro: uma verdade inconveniente. **GV EXECUTIVO**. V. 2 2, nº2 (2023): Marcas nas redes sociais. Disponível em: <[file:///C:/Users/josec/Downloads/ART+2+-+HOMENS+E+MULHERES+1906%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/josec/Downloads/ART+2+-+HOMENS+E+MULHERES+1906%20(1).pdf)>. Acesso em 7/1/2024

CURADO, Fernando Fleury; LOPES, Eliano Sérgio; SANTANA, Mônica. (Orgs.) **Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

DEERE, Carmem Diana; LÉON, Magdalena. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 100-153

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder** – a formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001. 3ª edição revista.

FIGUEIRÓ, Lori. **Mulheres do Vale: substantivo feminino**. Belo Horizonte: Ramalhete, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. **O Sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB/CNPq, 1990.

GERAÇÃO SOCIAL. **A mulher no mundo empresarial**. 2018. Disponível em: <<https://www.geracaosocial.com.br/blog/2018/9/27/a-mulher-no-mundo-empresarial>>. Acesso em 2/12/2023

GOMES, Almiralva Ferraz. **Ação empreendedora e relações de gênero: um estudo multicasos na cidade de Vitória da Conquista, Bahia**. 2010. 440 p. Tese (Doutorado em Administração) apresentada ao PPG em Administração da Universidade Federal de Lavras. Lavras: UFLA, 2010.

GERHARD, Ute. Sobre a liberdade, igualdade e dignidade das mulheres: o direito “diferente” de Olympe de Gouges. In: BONACCHI, Gabriela; Groppi, Angela (Org.). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. I: Racionalidade da ação e racionalização social. II: Sobre a crítica da razão funcionalista. Trad. de Flávio B. Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LAWSON, Max et all. **Tempo de cuidar**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Brasília: Oxfam Internacional, 2020. Disponível em: < <https://www.oxfam.org.br/publicacao/tempo-de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-crise-global-da-desigualdade/>>. Acesso em 17/12/2023

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: Unicamp, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço** (tradução de Ana Maria Simões, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins) Belo Horizonte: UFMG, 2006. 476 p.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves Leite. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha**: da sua formação no processo de imposição. Tese de doutorado defendida no PPG em Geografia Humana da USP. São Paulo: USP/FFLCH, 2015.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (448 p.)

KANT, Immanuel. **A paz perpétua**. Porto Alegre: L & PM, 1989.

MACHADO, Lia Zanotta Machado. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília-DF: Série Antropológica 284, 2000.

\_\_\_\_\_. ; MAGALHÃES, M. Tereza. “Violência conjugal: os espelhos e as marcas”. in SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Ed. Paralelo 15 e Ed. da UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. “Gênero, um novo paradigma?” in **Cadernos Pagu**, nº11, Campinas: Unicamp, p.107-125. 1998

\_\_\_\_\_. “Morrer e matar no feminino e no masculino”. In. LIMA, Ricardo; OLIVEIRA, Djaci e GERALDES, Elen (orgs.). **A primavera já partiu**. Petrópolis: Vozes; M.N.D.H. 1997.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e Política**: o lugar da tradição na modernidade latinoamericana. Brasília-DF: UNB, 1990.

\_\_\_\_\_. “Honra, família e individualismo”. In. **Anuário Antropológico**, 85. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.138-151. 1985.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. Migrações temporárias, problema para quem? **Travessia**, nº 1, maio-ago/1988. São Paulo.

- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Rio de Janeiro: **Arte & Ensaios**, 2016. p. 124 – 146.
- MOURA, Margarida Maria. **Os desertados da terra**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.
- NOVAIS, Fernando Antônio. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial** (Séculos XVI-XVIII). São Paulo: Brasiliense; Campinas: Unicamp, 2007. 7ª ed.
- OXFAM. **Tempo de cuidar** – o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Rio de Janeiro: OXFAM, 2020.
- PALMER, Bryan. **Edward Palmer Thompson** – objeções e oposições. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- PEREIRA, José Carlos Alves. Ir. Darcilla Antonioli – travessias com migrantes em um jubileu de ouro. **Boletim VAI VEM**, 125, junho de 2020. São Paulo. Serviço Pastoral do Migrante.
- \_\_\_\_\_. **O lugar desmanchado, o lugar recriado?** Enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do Título de Doutor em Sociologia. Campinas: Unicamp, 2012.
- PEREIRA, William César Castilho. **O adoecer psíquico do subproletariado**. 2.ed. Belo Horizonte: Segrac, 1991.
- PEREIRA, Vera Lúcia Felício. **O artesão da memória no Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Editora PUC-Minas, 1996.
- PINSK, Carla; PEDRO, Joana. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra - Relatório Sergipe 2012**. Presidente Prudente-SP: UNESP/LABERUR – Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27 – e2020011 – 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, outubro de 2002, Lisboa.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCHWARCZ, Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Unesp, 1999.

SOUSA, Júnia Marise Matos de. **Do acampamento ao assentamento**: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. São Cristóvão-SP: UFSE, 2009. Tese de doutorado defendida junto ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFSE.

TELLES, Lygia Fagundes. **A disciplina do amor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIEIRA, Veridiana Franca. **Práticas de contação de histórias em comunidade e escola do Vale do Jequitinhonha**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2022.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2008.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília-DF: UNB, 1999.